

## PROJETO DE LEI Nº 5235, DE 2005

Autoriza o Poder Executivo a instituir subvenção econômica para disponibilização de medicamentos a baixo custo, dispõe sobre o sistema de co-participação, institui o Comitê Gestor Interministerial de Co-Participação e dá outras providências.

### **Emenda Modificativa (Do Sr. Rafael Guerra)**

Acrescente-se §§ 1º e 2º ao art. 2º do Projeto de Lei nº 5235, de 2005, transformando o art. 3º em § 3º do art. 2º, com a renumeração dos demais artigos, e alterando o inciso IV do atual artigo 5º, de acordo com a seguinte redação:

“Art. 2º .....

**§ 1º Na definição do valor de referência, constante do caput, serão considerados os menores valores praticados no mercado e as apresentações de medicamentos de maior adequação aos respectivos tratamentos.**

**§ 2º Os percentuais de co-participação a serem aplicados sobre os valores de referência, oscilarão entre cinquenta e noventa por cento, aplicando-se aos medicamentos ou grupos de medicamentos, de acordo com regulamento.**

**§ 3º A inclusão de determinado medicamento ou grupo de medicamentos no sistema de co-participação deve observar, necessariamente, a relevância de sua indicação em agravos com impactos no sistema de saúde.**

.....

Art. 5º .....

.....

**IV- os percentuais a serem aplicados aos valores de referência dos medicamentos ou grupos de medicamentos, abrangidos pelo sistema de**



45C4B8BD00

**co-participação, observada a compatibilidade com a Lei Orçamentária Anual; e**

”

## **JUSTIFICAÇÃO**

Quaisquer que sejam as bases de um sistema de subvenção econômica para medicamentos, no seu preço final ao consumidor, não se pode deixar de privilegiar critérios e procedimentos que tragam economicidade ao processo, evitando que as despesas daí resultantes se tornem incontornáveis. Neste sentido, labora a adoção do menor valor, que também interessa pela indução ao comportamento de queda e não de alta nos preços de mercado, que a virtual superação dos problemas de renda da população poderia provocar, a partir desse mecanismo de equalização de preços.

Por outro lado, não há porque manter benefícios, que onerem o Tesouro Nacional e em consequência o contribuinte, para apresentações medicamentosas que signifiquem quantidade de unidades ou volumes superiores ou inferiores a uma terapêutica eficaz, capaz de configurar desperdício ou insuficiência em relação às necessidades médias dos pacientes portadores de determinadas patologias.

A alteração, transformando o art. 3º em § 3º, com a renumeração dos demais, decorreu da mera preocupação de manter num único bloco todas as disposições, que explicitam conceitos ou parâmetros, relacionados com a implementação da subvenção econômica. E a modificação do inciso IV do art. 5º configuram mera compatibilização com a organização do texto, que ora se preconiza.

Sob tais motivações, que representam e consolidam postulados fundamentais em qualquer iniciativa desse tipo, não há porque relegar à regulamentação esses cuidados, o que determinou a elaboração desta proposta, para que passem a incorporar o texto do projeto de lei.

Com isso, procura-se corrigir aspectos, que possam consubstanciar uma porta aberta para futuros problemas, minimizando tanto quanto possível esses efeitos, através da clara fixação de parâmetros mais rígidos no corpo do próprio projeto de lei.

Sala das Sessões, de maio de 2005

Deputado Rafael Guerra



45C4B8BD00